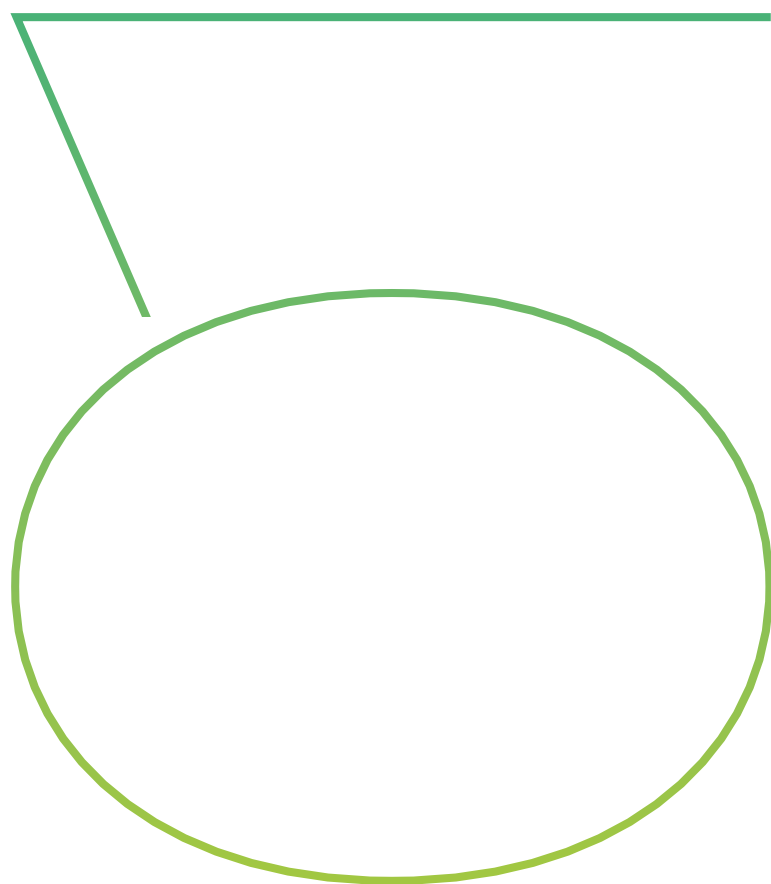
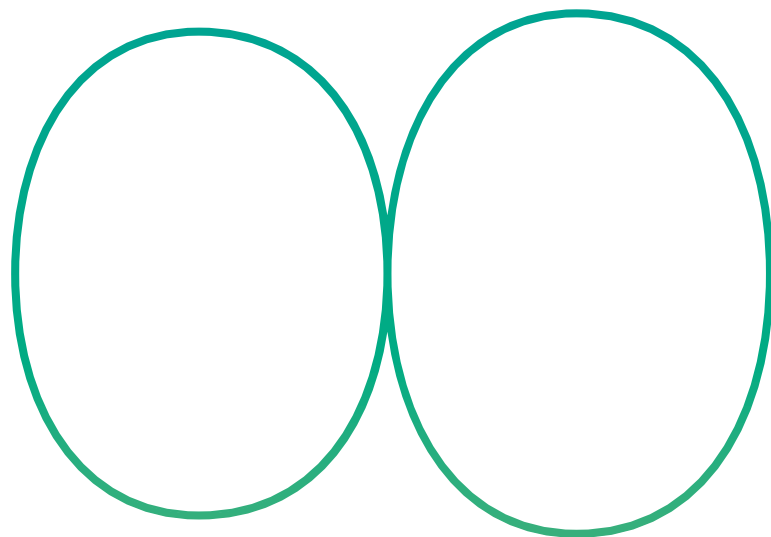


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 44

Nossas agências 46

Mensagem da diretoria
e do conselho

Metas atingidas



A atividade econômica em 2018 não foi favorável ao empreendedorismo e ao mercado de investimentos financeiros, pois a redução dos juros ao patamar histórico mínimo não conseguiu acelerar a economia e reduziu previsão de ganhos em aplicações financeiras, em parte, atreladas aos juros básicos. O desempenho fraco do ano não afetou diretamente o resultado do Sicoob UniRondônia, porque a cooperativa promoveu uma execução minuciosa e sistemática do planejamento estratégico.

Neste ponto, é importante destacar o papel da equipe que buscou e alcançou as metas, com apoio da Diretoria e do Conselho, que proporcionou alcançar praticamente 100% dos parâmetros propostos – com vários indicadores superando as metas estipuladas.

O foco no cooperado foi decisivo nesta integração de esforços, que respondeu, além do engajamento e fidelização, com maior contratação de inúmeros serviços, o que levou à ampliação das adesões.

Importante destacar também que a cooperativa, que atinge a parte central do estado, tem presença em metade de Rondônia e ampliamos, com apoio do cooperado, o número de associados. A Sicoob UniRondônia reforça o agradecimento a todos, colaboradores e associados, que são atuantes em nossa campanha de novas indicações, fortalecendo os laços e ideais do cooperativismo na economia local.

Muito obrigado a todos.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou que estratégia traçar.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete também nas operações de crédito bruto, que

registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda da taxa de juros de longo prazo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

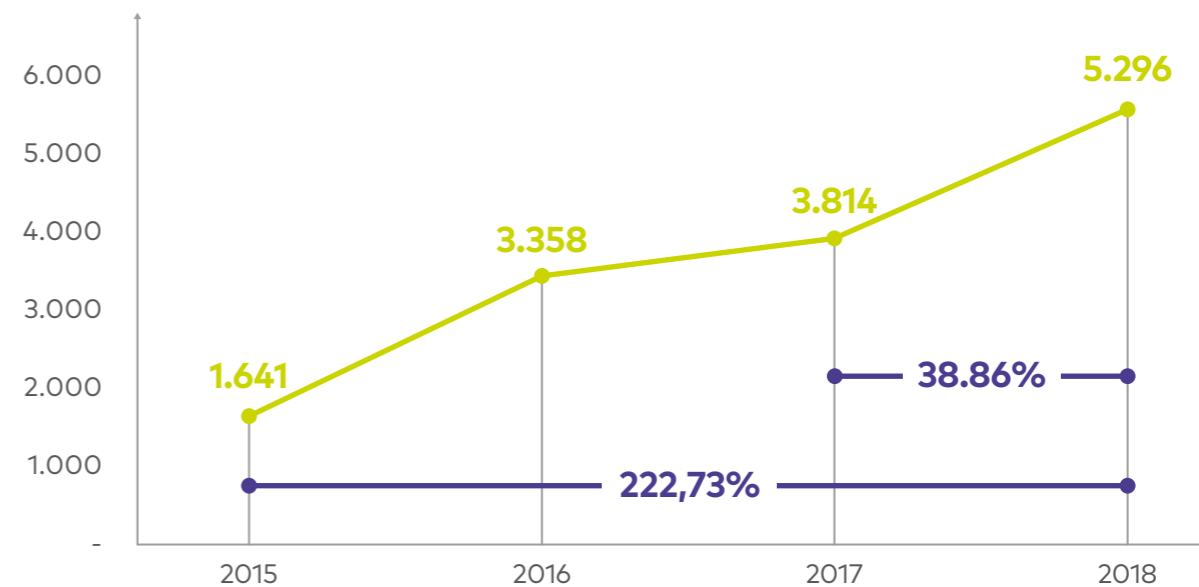
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

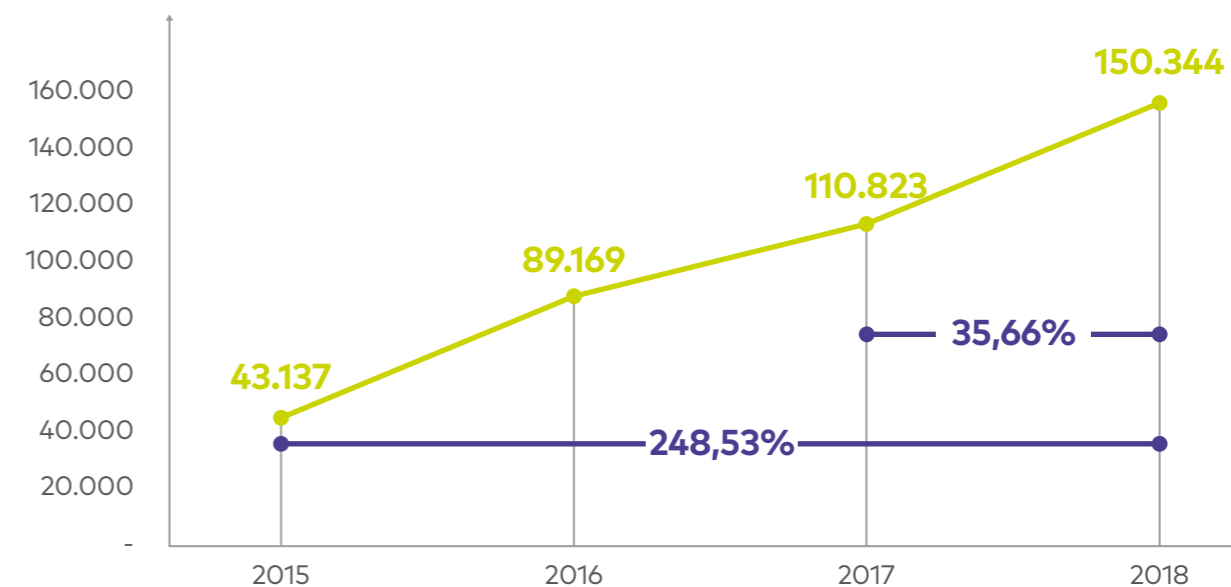


Cooperados



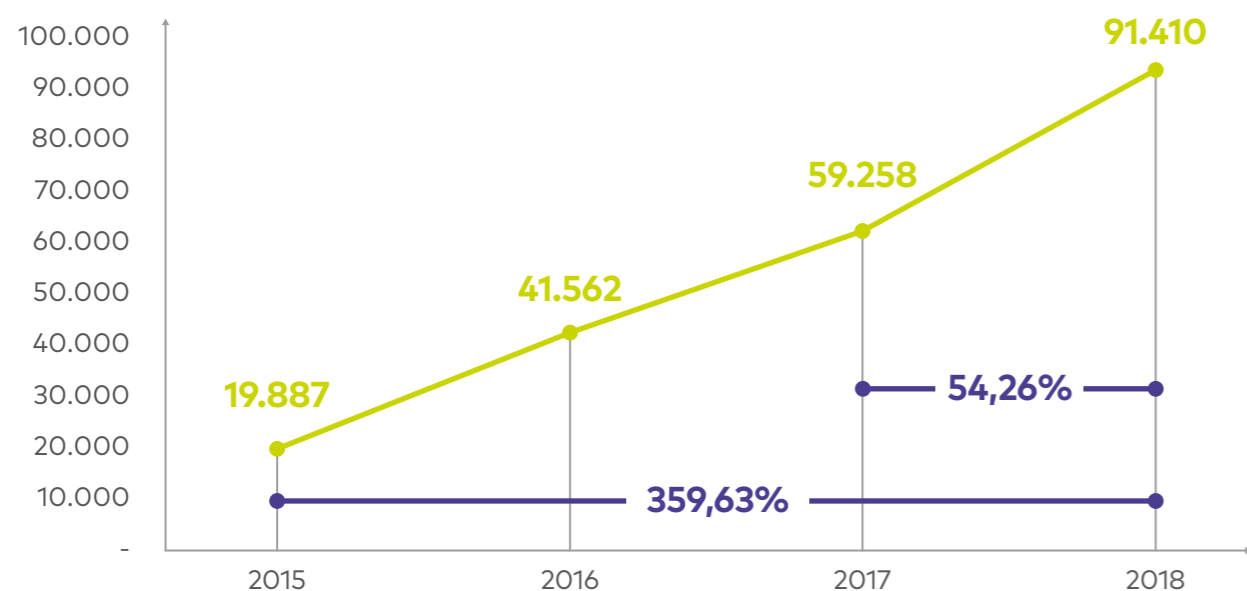
Depósitos Totais

em R\$ mil



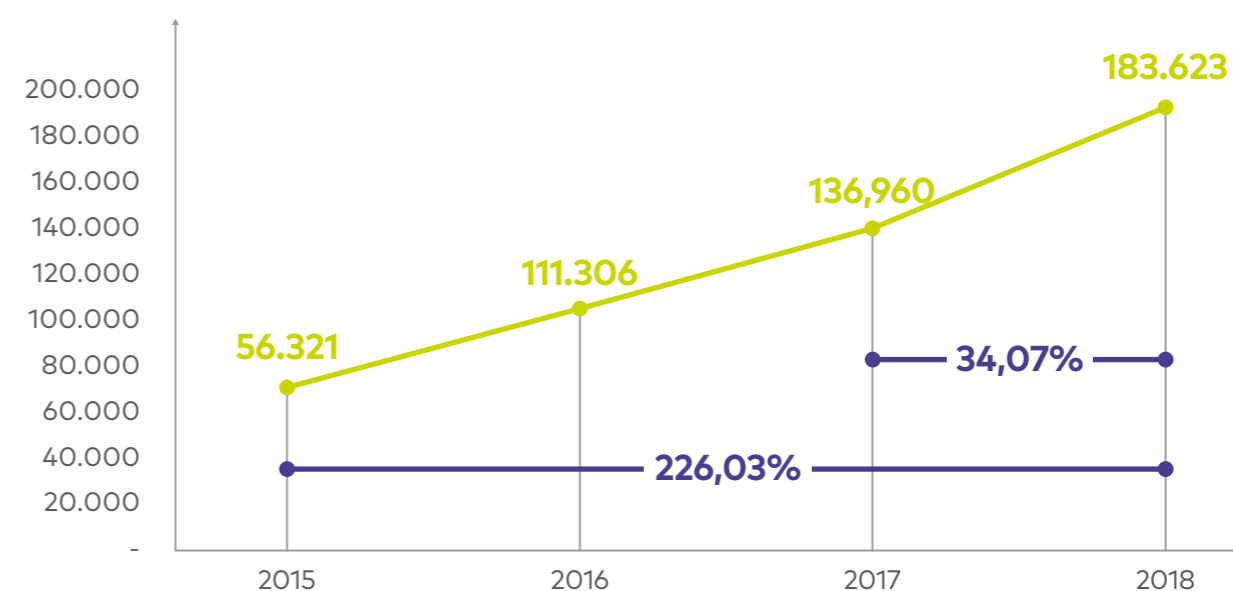
Carteira de Crédito

em R\$ mil



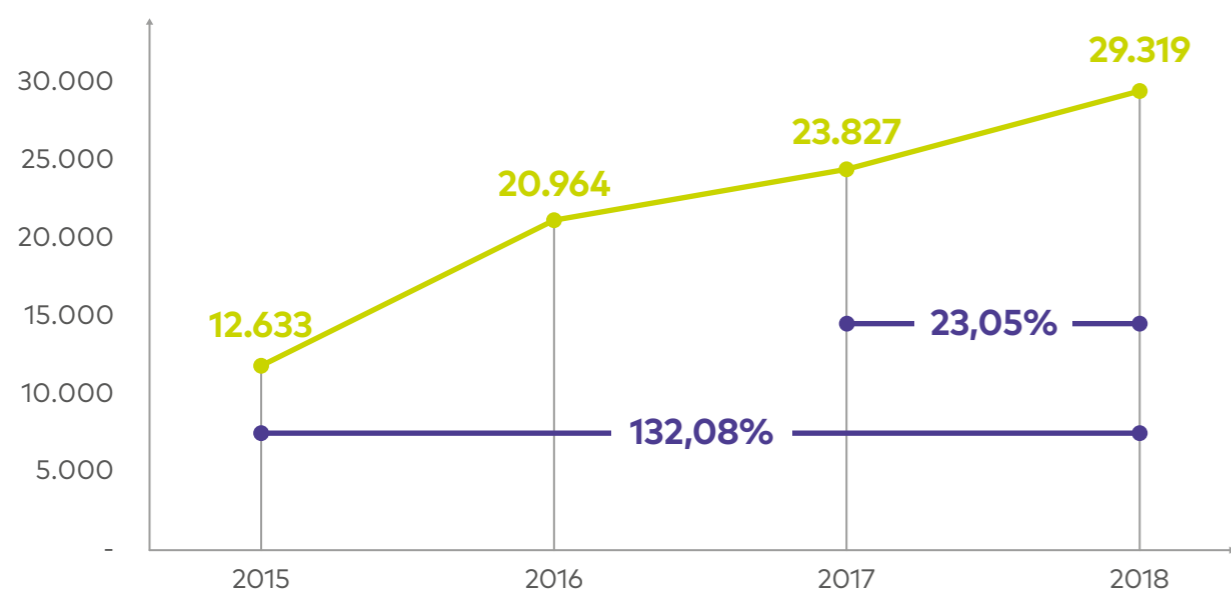
Ativo Total

em R\$ mil



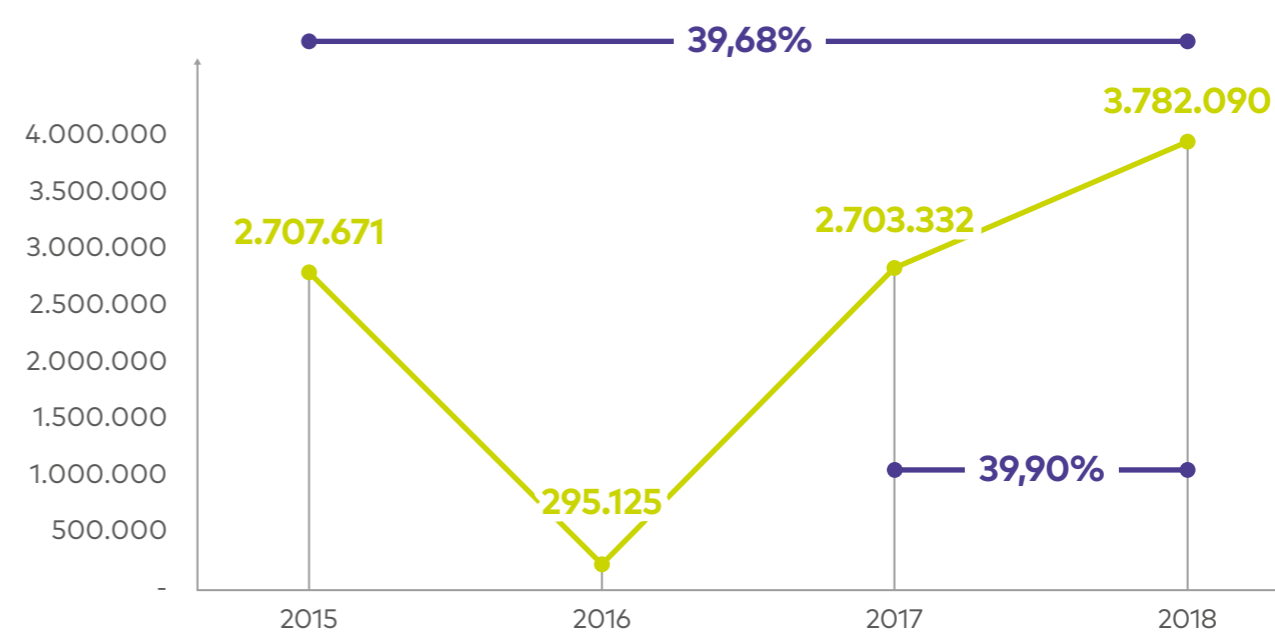
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

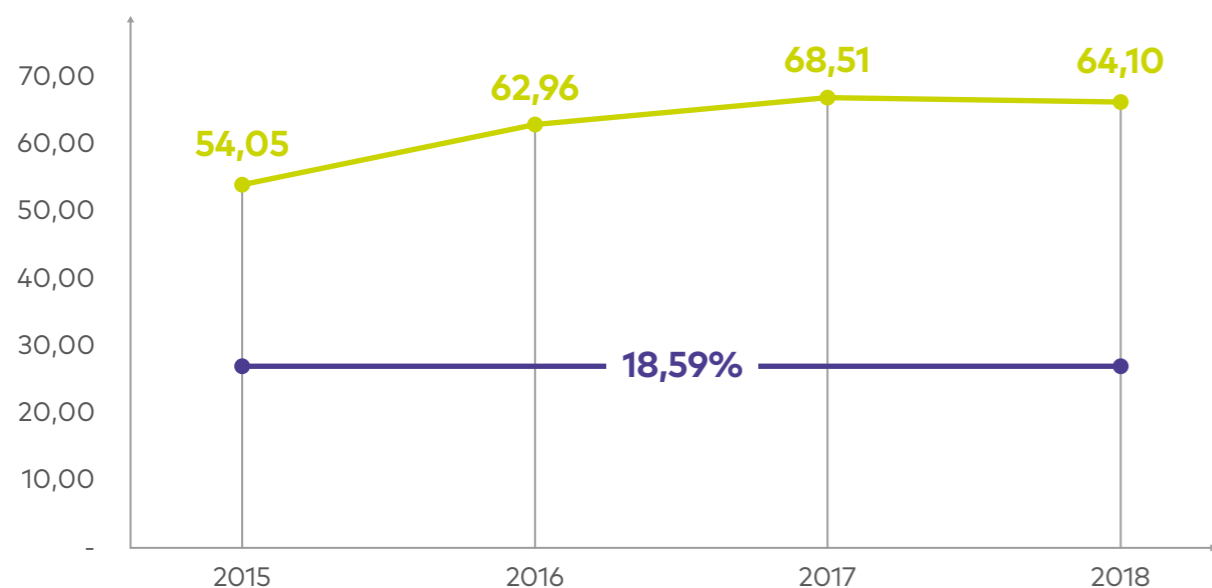


Sobras do Exercício

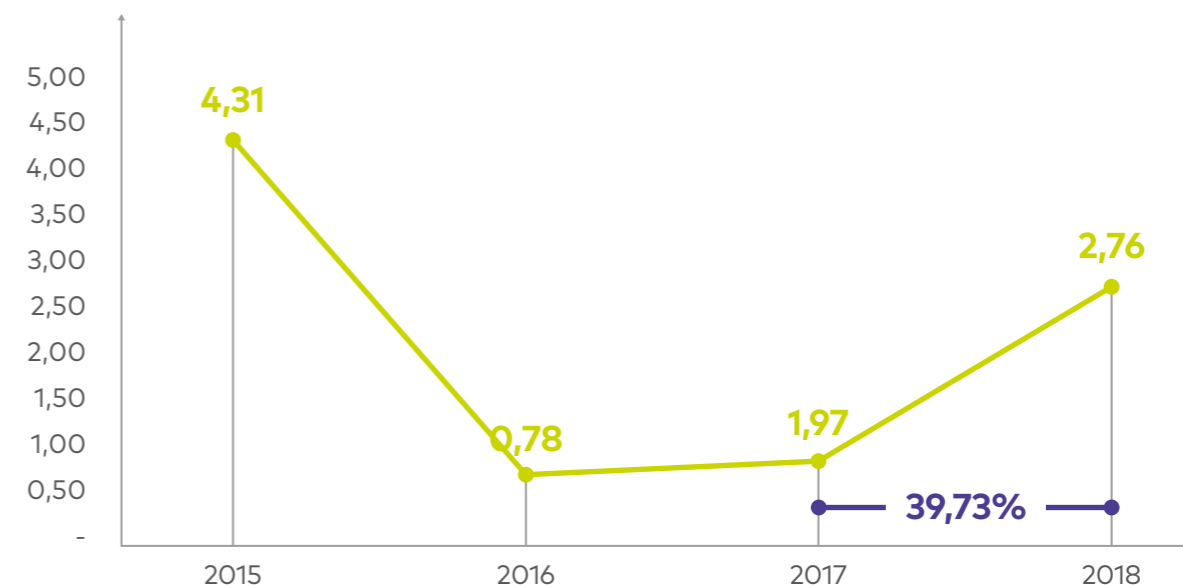
em R\$



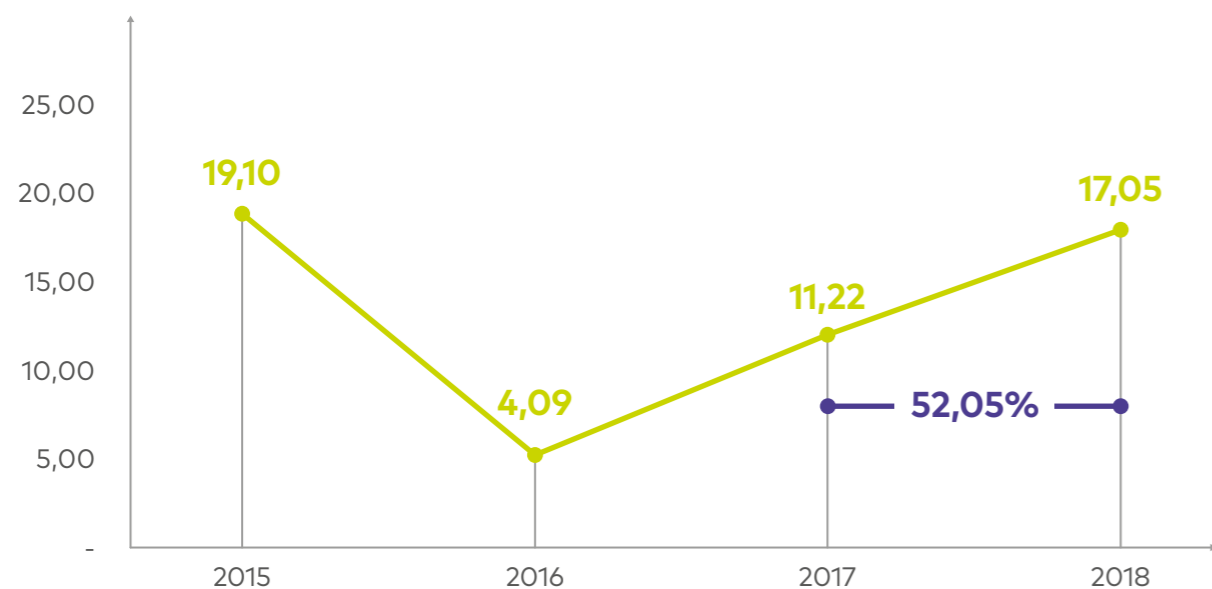
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB UNIRONDÔNIA Taxa Média Mensal - PAD	GANHO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	6,99%	R\$ 2.237.773	R\$ 2.237.773
EMPRÉSTIMOS	3,15%	1,53%	R\$ 18.329.823	R\$ 20.567.596
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,35%	R\$ 11.711	R\$ 20.579.307
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 9,67	R\$ 1.830.641	R\$ 22.409.948
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	7,12%	R\$ 640.098	R\$ 23.050.046
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	5,40%	R\$ 177.248	R\$ 23.227.294
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	9,81%	R\$ 1.155	R\$ 23.228.449
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	8,07%	R\$ 3.174	R\$ 23.231.623
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	10,73%	R\$ 94	R\$ 23.231.717
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	10,00%	R\$ 207	R\$ 23.231.924
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	6,99%	R\$ 3.633.925	R\$ 26.865.848
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,82%	R\$ 695.794	R\$ 27.561.642
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,51%	-R\$ 268.265	R\$ 27.293.377
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,34%	-R\$ 5.847	R\$ 27.287.530
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,45%	-R\$ 1.920	R\$ 27.285.610
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 10,57	R\$ 2.113.753	R\$ 29.399.363
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 3.782.090	R\$ 3.782.090	R\$ 33.181.453
COOPERADOS SICOOB UNIRONDÔNIA				5.296
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 6.265

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICCOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICCOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICCOB LTDA. – SICCOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 15/08/2012, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 17/03/2017, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICCOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

• na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 12 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente. Além dos efetivos, conta-se também com mais 3 membros suplentes.

A DIREX, composta de 3 membros – Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 1 ano, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2018	31/12/2017	Discriminação	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		127.807.708	101.394.650	Circulante		154.304.716	113.083.048
Disponibilidades	04	790.337	448.546	Depósitos	11	150.344.126	110.823.246
Relações Interfinanceiras	04	73.563.666	64.253.162	Depósitos à Vista		45.299.376	30.996.833
Centralização Financeira		73.563.666	64.253.162	Depósitos a Prazo		105.044.750	79.826.413
Operações de Crédito	05	48.942.816	32.739.534	Outras Obrigações	12	3.960.590	2.259.802
Operações de Crédito - Setor Privado		51.814.397	34.011.608	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	12a	46.049	106.982
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(2.871.581)	(1.272.074)	Sociais e Estatutárias	12b	890.700	669.553
Outros Créditos	06	544.713	809.917	Fiscais e Previdenciárias	12c	336.846	234.537
Avais e Fianças		148.813	122.004	Diversos	12d	2.686.995	1.248.730
Rendas a Receber		362.235	387.673	Não Circulante		-	49.346
Diversos		141.094	411.747	Outras Obrigações		-	49.346
(-) Provisão para Outros Créditos		(107.429)	(111.507)	Provisões para demandas judiciais	13	-	49.346
Outros Valores e Bens	07	3.966.176	3.143.491	Patrimônio Líquido		29.319.266	23.827.740
Outros Valores e Bens		3.755.503	3.121.628	Capital Social	15a	22.184.397	19.017.779
Despesas Antecipadas		210.673	21.863	Fundo de Reserva	15b	5.622.033	3.730.988
Não Circulante		55.816.274	35.565.484	Sobras do Exercício	15d	1.512.836	1.078.973
Realizável a Longo Prazo	05	42.467.448	26.518.600				
Operações de Crédito		44.161.484	27.590.242				
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(1.694.036)	(1.071.642)				
Investimentos	08	4.863.309	3.883.254				
Ações e Cotas		4.863.309	3.883.254				
Imobilizado de uso	09	8.436.557	5.098.048				
Outras Imobilizações de Uso		4.484.365	2.699.300				
Imóveis de Uso		5.957.310	3.957.310				
(-) Depreciações Acumuladas		(2.005.118)	(1.558.562)				
Intangível	10	48.960	65.582				
Softwares		140.354	135.801				
(-) Amortizações Acumuladas		(91.394)	(70.219)				
TOTAL DO ATIVO		183.623.982	136.960.134	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		183.623.982	136.960.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eduardo Wansa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.539.761	21.021.267	15.086.712
Operações de Crédito	18	11.539.761	21.021.267	15.086.712
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.393.612)	(9.006.523)	(10.033.288)
Operações de Captação no Mercado	11b	(3.084.997)	(5.701.906)	(7.064.014)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.308.615)	(3.304.617)	(2.969.274)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.146.149	12.014.744	5.053.424
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(3.703.872)	(6.847.610)	(2.205.415)
Receitas de Prestação de Serviços		860.320	1.863.402	1.509.969
Receitas de Tarifas Bancárias		1.012.436	1.898.692	1.279.711
Despesas de Pessoal	19	(4.177.917)	(7.807.786)	(5.672.710)
Outras Despesas Administrativas	20	(3.511.199)	(6.706.933)	(5.321.837)
Despesas Tributárias		(153.781)	(264.657)	(123.618)
Outras Receitas Operacionais	21	2.784.726	4.936.008	6.540.159
Outras Despesas Operacionais	22	(518.456)	(766.336)	(417.088)
RESULTADO OPERACIONAL		2.442.277	5.167.134	2.848.009
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	(92.966)	5.550	(80.622)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		2.349.311	5.172.684	2.767.387
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.553)	(108.280)	(64.055)
Provisão para Imposto de Renda		(1.667)	(59.146)	(31.290)
Provisão para Contribuição Social		(1.886)	(49.134)	(32.765)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL / INCORPORAÇÕES		2.345.758	5.064.404	2.703.332
Juros Sobre o Capital Próprio	17	(1.282.314)	(1.282.314)	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.063.444	3.782.090	2.703.332
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(638.067)	(2.269.254)	(1.624.359)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(106.344)	(378.209)	(275.642)
Fundo de Reserva		(531.722)	(1.891.045)	(1.348.717)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		425.377	1.512.836	1.078.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eduardo Wansa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Sobras/ Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.893.415	(311.465)	1.959.696	422.575	20.964.221
Integralizações/Subscrições de Capital	1.547.141	(162.100)	-	-	1.385.041
Incorporação de Sobras ao Capital	-	-	422.575	(422.575)	-
Devolução de Capital	(949.212)	-	-	-	(949.212)
Sobras do exercício	-	-	-	2.703.332	2.703.332
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva	-	-	1.348.717	(1.348.717)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(275.642)	(275.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.491.344	(473.565)	3.730.988	1.078.973	23.827.740
Integralizações/Subscrições de Capital	2.256.223	(218.819)	-	-	2.037.404
Destinação das Sobras	642.590	-	-	(1.078.973)	(436.383)
Devolução de Capital	(767.881)	-	-	-	(767.881)
Incorporação de Juros ao Capital	1.254.505	-	-	-	1.254.505
Sobras do exercício	-	-	-	3.782.090	3.782.090
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva	-	-	1.891.045	(1.891.045)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(378.209)	(378.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.876.781	(692.384)	5.622.033	1.512.836	29.319.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eduardo Wansa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.570.775	12.755.972	8.144.139
Sobras / (Perdas) ajustadas	3.641.681	7.597.876	6.074.659
Sobras do Exercício	1.063.444	3.782.090	2.703.332
Depreciações	259.016	489.996	381.227
Amortizações	10.606	21.173	20.826
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	2.308.615	3.304.617	2.969.274
(Aumento) redução nos Ativos	(16.113.975)	(36.014.226)	(20.720.582)
Operações de Crédito	(15.797.435)	(35.456.745)	(20.664.729)
Outros Créditos	184.915	265.204	198.176
Outros Valores e Bens	(501.455)	(822.685)	(254.029)
Aumento (redução) nos Passivos	26.043.069	41.172.322	22.790.062
Depósitos	25.677.253	39.520.879	21.654.196
Outras Obrigações	365.816	1.651.443	1.157.268
Relações Interdependências	-	-	(21.402)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(3.135.725)	(4.813.113)	(1.674.853)
Aumento dos Investimentos	(519.047)	(980.055)	(910.378)
Aquisições do Imobilizado	(2.616.678)	(3.828.505)	(749.360)
Intangível	-	(4.553)	(15.115)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.808.936	1.709.436	160.187
Integralizações de Capital	1.161.347	2.037.404	1.385.041
Incorporação de Juros ao Capital	1.254.505	1.254.505	-
Devolução de Capital	(228.707)	(767.881)	(949.212)
FATES	(378.209)	(378.209)	(275.642)
Distribuições de Sobras	-	(436.383)	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	12.243.986	9.652.295	6.629.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	62.110.017	64.701.708	58.072.235
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 4)	74.354.003	74.354.003	64.701.708
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.243.986	9.652.295	6.629.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eduardo Wansa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/09/1996, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNIRONDÔNIA possui Postos de Atendimento (PA'S) nas seguintes localidades: ARIQUEMES - RO, JI-PARANÁ - RO, CACOAL - RO e OURO PRETO DO OESTE - RO.

O SICOOB UNIRONDÔNIA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/03/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os

ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto

9.580, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e equivalente de caixa

Em **31 de dezembro de 2018** e **2017**, o caixa e equivalente de caixa estavam assim representados:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	790.337	448.546
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	73.563.666	64.253.162
TOTAL	74.354.003	64.701.708

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	94.093	-	94.093	114.646
Empréstimos	41.827.013	38.060.855	79.887.868	53.803.603
Títulos Descontados	6.360.716	-	6.360.716	3.769.597
Financiamentos	3.152.865	6.100.629	9.253.494	3.914.004
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	379.710	-	379.710	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.871.581)	(1.694.036)	(4.565.617)	(2.343.716)
TOTAL	48.942.816	42.467.448	91.410.264	59.258.134

O Sicoob Confederação, a partir de outubro de 2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BACEN.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
A 0,50% Normal	18.942.203	44.283	2.191.113	-	21.177.599	(105.888)	16.655.028	(83.275)
B 1% Normal	37.834.507	886.606	4.038.121	379.710	43.138.944	(431.389)	24.794.337	(247.943)
B 1% Vencidas	357.070	21	40.678	-	397.769	(3.978)	489.627	(4.896)
C 3% Normal	17.568.889	1.127.855	2.499.669	-	21.196.413	(635.892)	15.430.745	(462.922)
C 3% Vencidas	946.402	54.765	51.186	-	1.052.353	(31.571)	559.011	(16.770)
D 10% Normal	3.182.908	346.994	251.117	-	3.781.019	(378.102)	958.347	(95.835)
D 10% Vencidas	381.662	53.206	125.785	-	560.653	(56.065)	862.797	(86.280)
E 30% Normal	1.048.667	137.394	55.826	-	1.241.887	(372.566)	195.054	(58.516)
E 30% Vencidas	238.642	30.202	-	-	268.844	(80.653)	336.773	(101.032)
F 50% Normal	640.813	38.344	-	-	679.157	(339.578)	124.343	(62.171)
F 50% Vencidas	502.405	24.322	-	-	526.727	(263.363)	17.263	(8.631)
G 70% Normal	162.126	43.111	-	-	205.237	(143.666)	6.009	(4.207)
G 70% Vencidas	76.215	11.697	-	-	87.912	(61.539)	204.262	(142.983)
H 100% Normal	323.570	39.701	-	-	363.271	(363.271)	418.047	(418.048)
H 100% Vencidas	1.126.187	171.909	-	-	1.298.096	(1.298.096)	550.207	(550.207)
Total Normal	79.703.683	2.664.288	9.035.846	379.710	91.783.527	(2.770.352)	58.581.910	(1.432.917)
Total Vencidos	3.628.583	346.122	217.649	-	4.192.354	(1.795.265)	3.019.940	(910.799)
Total Geral	83.332.266	3.010.410	9.253.495	379.710	95.975.881	(4.565.617)	61.601.850	(2.343.716)
Provisões	(3.962.939)	(416.174)	(182.707)	(3.797)	(4.565.617)		(2.343.716)	
Total Líquido	79.369.327	2.594.236	9.070.788	375.913	91.410.264		59.258.134	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	11.100.710	27.831.936	38.038.904	76.971.550
Financiamentos	856.869	2.295.997	6.100.629	9.253.495
Financiamentos Rurais	227.460	152.250	-	379.710
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	2.884.989	103.470	21.951	3.010.410
Títulos Descontados	5.864.416	496.300	-	6.360.716
TOTAL	20.934.444	30.879.953	44.161.484	95.975.881

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	312.265	4.745.251	443.973	-	5.501.489	6%
Setor Privado - Indústria	38	164.290	24.880	-	189.208	0%
Setor Privado - Serviços	1.438.130	50.378.934	4.340.256	-	56.157.320	59%
Pessoa Física	1.245.243	30.585.716	1.343.522	379.710	33.554.191	35%
Outros	14.734	350.854	208.085	-	573.673	1%
TOTAL	3.010.410	86.225.045	6.360.716	379.710	95.975.881	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	2.343.716	3.417.196
Constituições / Reversões	3.311.810	2.906.874
Transferência para Prejuízo	(1.089.909)	(3.980.354)
TOTAL	4.565.617	2.343.716

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	3.666.155	4%	3.117.979	5%
10 Maiores Devedores	18.137.428	19%	15.853.325	26%
50 Maiores Devedores	34.688.261	36%	26.977.948	44%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	11.205.800	8.170.607
Valor das Operações Transferidas	1.089.909	3.980.354
Valor das Operações Recuperadas no Período	(1.092.159)	(945.162)
TOTAL	11.203.550	11.205.800

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa apresenta saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 3.997.858,17 (três milhões novecentos e noventa e sete oitocentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos) compreendendo as composições

de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	148.813	122.004
Rendas a Receber	362.235	387.673
Diversos	141.094	411.747
Adiantamentos e Antecipações Salariais	20.811	19.592
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	2.756
Adiantamento por Conta de Imobilizações	-	13.980
Impostos e Contribuições a Compensar	711	239
Títulos e Créditos a Receber	87.916	74.438
Devedores Diversos - País	31.656	300.742
(-) Provisão para Outros Créditos	(107.429)	(111.507)
TOTAL	544.713	809.917

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.755.503	3.121.628
Despesas Antecipadas (II)	210.673	21.863
TOTAL	3.966.176	3.143.491

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em Cooperativa Central de Crédito	4.545.570	3.619.473
Participações Inst. Financ. Controlada Coop Crédito	317.739	263.781
TOTAL	4.863.309	3.883.254

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (I)		891.421	163.808
Terrenos		2.685.500	685.500
Edificações	4%	3.271.810	3.271.810
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(665.268)	(534.396)
Instalações	10%	369.684	305.244
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(137.934)	(103.798)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.484.395	1.177.971
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(600.628)	(468.807)
Sistema de Comunicação	20%	37.846	36.996
Sistema de Processamento de Dados	10%	1.012.314	619.681
Sistema de Segurança	10%	197.599	135.414
Sistema de Transporte	20%	491.106	260.186
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(601.288)	(451.561)
TOTAL		8.436.557	5.098.048

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	140.354	135.801
(-) Amortizações Acumuladas de Ativos Intangíveis	(91.394)	(70.219)
TOTAL	48.960	65.582

11. Depósitos

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

São compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	45.299.376		30.996.833	
Depósito a Prazo	105.044.750	0,47% a.m.	79.826.413	0,51% a.m.
TOTAL	150.344.126		110.823.246	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de

abrangência nacional, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	25.054.161	17%	8.094.800	7%
10 Maiores Depositantes	56.455.599	38%	35.784.001	33%
50 Maiores Depositantes	92.256.221	62%	66.497.413	61%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.516.987)	(6.917.246)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(184.919)	(146.768)
TOTAL	(5.701.906)	(7.064.014)

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	46.049	106.982
Sociais e Estatutárias	890.700	669.553
Fiscais e Previdenciárias	336.846	234.537
Diversas	2.686.995	1.298.075
TOTAL	3.960.590	2.309.147

12.a Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito – IOF (I)	39.089	105.006
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	6.960	1.976
TOTAL	46.049	106.982

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e resgate em RDC.

12.b Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	717.514	404.247
Resultado de Atos com Não Associados (a)	23.859	23.859
Cotas de Capital a Pagar (b)	149.327	241.447
TOTAL	890.700	669.553

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.c Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	22.697
Impostos e Contribuições a Recolher	336.846	211.840
TOTAL	336.846	234.537

12.d Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	15.083	23.553
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	333.003	216.951
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	1.141.656	484.968
Provisão para Demandas Judiciais – não circulante (IV)	-	49.346
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (V)	389.075	133.847
Credores Diversos – País	808.178	389.411
TOTAL	2.686.995	1.298.076

(I) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores

(II) Refere-se a saldo de conta salário, dependente de prestação de serviço de pagamento

(III) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(IV) Refere-se a provisão de passivos trabalhistas (nota 13)

(V) Refere-se a provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

13. Provisões para demandas judiciais

São estabelecidas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para demandas judiciais	Depósitos judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	-	49.346	-
TOTAL	-	-	49.346	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIRO**, existem processos judiciais de natureza trabalhista e cível, nos quais a cooperativa figura como polo passivo, que foram classificados com risco de perda possível, no valor total de **R\$ 13.699,00** (treze mil seiscentos e noventa e noite reais).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos de 31 de dezembro de **2018** e **2017**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

15.a Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	22.184.397	19.017.779
Quantidade de Associados	5.296	3.814

15.b Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **50%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

15.c Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

15.d Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	3.782.090	2.703.332
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		(5.898)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.782.090	2.697.434
Fundo de Reserva - 50%	(1.891.045)	(1.348.717)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(378.209)	(269.743)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.512.836	1.078.973

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	852.209	672.424
Despesas específicas de atos não cooperativos	(318.755)	(190.864)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(674.776)	(333.213)
Adições e Exclusões ao Resultado Não Operacional	5.550	(80.662)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(135.772)	67.726
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(59.146)	(30.246)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	(49.134)	(31.581)
Resultado de atos não cooperativos (lucro (prejuízo) líquido)	(244.052)	5.898

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	165.042	92.387
Rendas de Empréstimos	16.735.805	11.896.981
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.337.268	532.070
Rendas de Financiamentos	1.370.294	1.141.012
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	72.306	-
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	1.340.552	1.424.262
TOTAL	21.021.267	15.086.712

19. Despesa de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(88.940)	(71.297)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.003.854)	(876.462)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.017.548)	(631.647)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.594.936)	(1.162.569)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.071.910)	(2.902.534)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(29.504)	(28.201)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.094)	-
TOTAL	(7.807.786)	(5.672.710)

20. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Água Energia e Gás	(168.864)	(118.772)
Despesas de Alugueis	(445.961)	(177.998)
Despesas de Comunicações	(332.215)	(249.386)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(100.349)	(117.584)
Despesas de Material	(96.813)	(74.448)
Despesas de Processamento de Dados	(77.458)	(257.405)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(184.371)	(119.076)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(107.534)	(94.609)
Despesas de Publicações	(3.140)	(2.170)
Despesas de Seguros	(87.128)	(43.851)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(993.662)	(765.395)
Despesas de Serviços de Terceiros	(253.337)	(176.228)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(467.858)	(439.063)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(262.922)	(231.818)
Despesas de Transporte	(455.477)	(431.363)
Despesas de Viagem No País	(285.533)	(269.899)
Outras Despesas Administrativas	(1.873.142)	(1.350.719)
Despesas de Amortização	(21.173)	(20.826)
Despesas de Depreciação	(489.996)	(381.227)
Despesas de Provisões Passivas	(263.489)	(83.637)
TOTAL	(6.970.422)	(5.405.474)

21. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	306.396	23.877
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.825.904	6.158.518
Dividendos	28.128	18.106
Credito Receita SIPAG - Faturamento	153.444	985
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	272.380	-
Deduções e Abatimentos	6.996	-
Juros ao Capital	254.015	-
Outras Rendas Operacionais	88.745	338.673
TOTAL	4.936.008	6.540.159

22. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(2.388)	(3.365)
Perdas e Falhas em Sistemas de TI	-	(1.617)
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(27.379)	(20.050)
Multa e Juros Diversos	(28.165)	(12.036)
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(385)	(606)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(152.885)	(131.499)
Tarifa Recebimento Convênio - Cra'S Cartórios	(1.013)	(527)
Outras Despesas Operacionais	(145.814)	(61.720)
Contrib. Mensal ao Fundo De Desenvolvimento Sicoob	(113.338)	(95.745)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.777)	(3.982)
Bonificação de Seguro Prestamista	(126)	(51)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(957)	(2.254)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	(28.620)	-
TOTAL	(502.847)	(333.452)

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	8.000
Ganhos de Capital	46.976	20.064
Ganhos de Aluguéis	30.768	-
Outras Rendas não Operacionais	220.281	137.248
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(23.000)
(-) Perdas de Capital	(292.068)	(216.436)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(407)	(6.498)
Resultado Líquido	5.550	(80.622)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.401.216	1,52%	24.822
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.765.985	2,57%	111.507
TOTAL	9.167.201	4,09%	136.329
Montante das Operações Passivas	124.326.453	69,93%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24.176	5.758	2%
Conta Garantida	1.394	42	0%
Empréstimo	5.825.492	64.427	8%
Financiamento	87.816	439	1%
Títulos Descontados	14.149	424	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	3.025.997	6,73%	0%
Depósitos a Prazo	31.918.291	30,39%	0,49%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,53% a.m.	de 1,30% até 3,25% a.m.
Financiamento	1,23% a.m.	de 1,34% até 1,46% a.m.
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	98,51% CDI	de 93% até 100% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	5,61%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS	
Honorários	(1.003.854)
Encargos Sociais	(229.565)
TOTAL	(1.233.419)

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	4.869.643

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIRONDÔNIA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações com a SICOOB UNI:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	73.563.666	64.253.162
Investimentos	4.545.570	3.619.473

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do *VaR* – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

27. Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	28.208.708	23.781.584
Capital Principal - CP	14.568.395	5.965.616
Nível I	14.568.395	7.243.963
Índice de Basileia %	23,24%	27,91%
Razão de Alavancagem (RA) %	14,02%	15,66%
Índice de imobilização %	29,91%	21,52%
Ativos Ponderados pelos Riscos	14.568.395	8.948.424

PORTO VELHO-RO, 31 de dezembro de 2018.

Eduardo Wansa
Diretor Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia. Sicoob UniRondônia - Porto Velho/RO.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia – Sicoob UniRondônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniRondônia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de março de 2019.
Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



Parecer do Conselho Fiscal.

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia Ltda, com a sigla Sicoob UniRondônia, em análise do balanço do exercício de 2018, o demonstrativo de contas de sobras e perdas, a prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018, e o pa-

recer dos auditores independentes conclui que: as demonstrações contábeis representam adequadamente, todos os relevantes aspectos relativos à posição patrimonial e financeira da cooperativa e desta maneira, somos pela APROVAÇÃO DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES.

Porto Velho, 22 de março de 2019.

Airton Rodrigues Galvão de Oliveira
Coordenador do Conselho Fiscal

Ivone Vieira da Silva
Conselheira Fiscal

José Ricardo Costa
Conselheiro Fiscal

Nossas Agências

Sede

Av. Calama. nº 2468,
Bairro São João Bosco, Porto Velho - RO
CEP: 76803-705 - Tel: (69) 3223-8388

Ariquemes

Av. Tancredo Neves, nº 2047,
Setor 3, Ariquemes - RO
CEP: 76870-507 - Tel: (69) 3536-6795

Ji Paraná

Av. Marechal Rondon, nº 385,
Centro. Ji-Paraná - RO.
CEP: 78960-000 - Tel: (69) 3423-2252

Cacoal

Av. Porto Velho, nº 2307,
Centro, Cacoal -RO.
CEP: 76963-859 - Tel: (69) 3441-9841

Ouro Preto do Oeste

Rua Ana Nery, nº 843, Jardim Tropical,
Ouro Preto do Oeste -RO.
CEP: 76920-000 - Tel: (69) 3461-2682

